



FACULDADES MAGSUL

RAFAEL GONÇALVES SANCHES

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UM ESTUDO DE
CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL NA CIDADE DE ARAL
MOREIRA- MS**

PONTA PORÃ/MS

2018

RAFAEL GONÇALVES SANCHES

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UM ESTUDO DE
CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL NA CIDADE DE ARAL
MOREIRA- MS**

Trabalho de Conclusão apresentado à Banca Examinadora das Faculdades Integradas de Ponta Porã, como exigência parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Ma. Emne Mourad Boufleur

**PONTA PORÃ-MS
2018**

RAFAEL GONÇALVES SANCHES

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UM ESTUDO DE
CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL NA CIDADE DE ARAL
MOREIRA- MS**

BANCA EXAMINADORA:

Profª Ma. Emne Mourad Boufleur (orientadora) FAMAG

Profª. Ma. Camila de Araújo Cabral (membro da banca) FAMAG

Ponta Porã, 05 de dezembro de 2018.

**PONTA PORÃ-MS
2018**

Dedico este trabalho a Deus e a minha família que me deram forças para chegar até aqui, pois sem eles não conseguiria.
Obrigado!!!

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou meu caminho durante esta caminhada, por ter me dado forças para chegar até aqui, pois não foi nada fácil, foram dias difíceis, algumas vezes achei que não iria conseguir, mas Deus me sustentou, e hoje estou aqui vitorioso.

A minha Mãe sempre guerreira que me apoiou durante esses quatro anos, acreditando em mim. Meu sonho era dar esse orgulho para ela, ver seu filho formado e eu podendo dizer: Mãe eu formei; consegui obrigado!

Gratidão a Deus por ter me dado forças a todo o momento e coragem para enfrentar os obstáculos até o fim.

Agradeço às minhas amigas Adrieli e Érica que sempre estiveram ao meu lado, tanto nos momentos bons, quanto nos momentos ruins, compartilhamos uma história, a qual levarei comigo para sempre. O vínculo que criamos vai além dos muros da faculdade, por isso tenho que agradecer a Deus por ter vocês na minha vida, o coração chega a doer quando eu penso que cada um vai seguir um caminho e talvez não nos vejamos mais todas as noites, mas com toda certeza cada um de nós estará torcendo pelo outro e para sempre me lembrarei do nosso trio inabalável; eu amo vocês. A minha amiga Natalia, por todos os momentos que passamos altos choros, reclamações e momentos bons também.

Quero agradecer à minha irmã Ana que sempre me apoiou e ajudou nessa caminhada acadêmica, pois sem ela não teria chegado onde estou hoje, sempre ao meu lado, ajudando-me e segurando minha mão quando eu mais precisava. Obrigado minha irmã. Eu amo você. E a minha irmã Elisandra que sempre esteve ao meu lado.

Quero aproveitar o ensejo e também agradecer ao meu irmão Ramão que sempre me ouviu quando eu reclamava e dizia que não estava mais dando conta que era muita coisa para eu fazer, e ele me dizia: calma falta pouco, Deus está com você, um dia a recompensa virá. Hoje quero te dizer, obrigado, e, que te amo muito.

Agradeço à minha orientadora Emne Mourad Boufleur não só pela constante orientação neste trabalho, mas, sobretudo pela sua amizade, compreensão, dedicação e por ser uma profissional de extrema competência, que

sempre verificou o meu Trabalho de Conclusão de Curso com excelência e nunca me deixou na mão.

O meu muito obrigado às bibliotecárias Tatiane e Celestina das Faculdades Magsul que sempre me atenderam bem, ajudando-me a encontrar os livros para a fundamentação teórica.

Agradeço à minha querida amiga Larice, por sempre me ajudar e me apoiar, incentivando a ir além, fazendo-me acreditar em que sou capaz de realizar meus objetivos.

Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.
(João 3:16)

SANCHES, Rafael Gonçalves. **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL NA CIDADE DE ARAL MOREIRA-MS.** Número total de folhas 52. Trabalho de Conclusão (Graduação em Pedagogia) – Faculdades Magsul (FAMAG), 2018.

RESUMO

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de monografia, abordando o tema: Transtorno do Espectro Autista (TEA): um estudo de caso em uma Escola Municipal na cidade de Aral Moreira, que apresenta os estudos e conceitos teóricos de diversos autores que estudam sobre o tema. Para tanto foram feitas várias observações, entrevista com a professora regente de uma sala em que estuda uma criança com autismo, questionário, que, posteriormente, foi analisado pelo pesquisador. No decorrer da pesquisa buscou-se responder a algumas perguntas condutoras para poder alcançar os objetivos. Sendo elas: Quais são as metodologias e os desafios dos professores em uma sala de aula de ensino regular em relação a uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA)? Os professores estão preparados para realizar e promover de forma significativa o aprendizado desse aluno? A pesquisa é um estudo de caso de abordagem qualitativa, tendo como lócus, a sala do 4º ano do Ensino Fundamental de uma Escola Municipal, situada no Município de Aral Moreira. As técnicas para a coleta de dados foram: a observação participante do pesquisador, com livre trânsito no local, podendo realizá-la, interagindo com os sujeitos participantes, até chegar à análise dos dados, obtendo as conclusões de sua pesquisa. Com a realização dos estudos teóricos e pesquisa de campo, constatou-se que a pedagoga regente da classe do 4º ano não apresenta muitas dificuldades para trabalhar com o aluno com TEA, pois se utiliza de várias metodologias, buscando sempre incluir esse aluno no ensino regular. A pesquisa confirmou, enfim, que a inclusão acontece na sala regular com o aluno alvo da pesquisa, apesar de não ser ainda o ideal, pois muitas coisas precisam ser aprimoradas, principalmente no que se refere à contribuição de outros profissionais e de uma tecnologia de ensino adequada para auxiliar os docentes que trabalham nessa escola.

.

Palavras-chave: Autismo; Inclusão escolar; Ação docente.

SANCHES, Rafael Gonçalves. **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL NA CIDADE DE ARAL MOREIRA-MS.** Número total de folhas 52. Trabalho de Conclusão (Graduação em Pedagogia) – Faculdades Magsul (FAMAG), 2018.

RESUMEN

Este trabajo trata sobre una monografía, que trata el tema del trastorno del espectro autista (TEA): un estudio de caso en una escuela municipal en la ciudad de Aral Moreira, que presentará los estudios y conceptos teóricos de varios autores que hablan sobre el tema Relacionándolos. a entrevistas, observaciones y cuestionarios, para responder a la pregunta guía y alcanzar los objetivos. Es necesario responder a la pregunta guía: ¿Cuáles son las metodologías y los desafíos de los maestros en el aula regular de un niño con Trastorno del Espectro Autista (TEA) y los maestros están preparados para llevar a cabo y promover de manera significativa el aprendizaje del estudiante? La investigación es un estudio de caso y un enfoque cualitativo, que tendrá como locus la sala de la escuela primaria de 4 años de una Escuela Municipal ubicada en el Municipio de Aral Moreira. Tendrá como técnicas para la recolección de datos: la observación participante de que el investigador, con esta técnica, tendrá el tráfico libre en el lugar, pudiendo realizar sus observaciones, interactuar con los sujetos hasta llegar al análisis de los datos, Obteniendo o no las conclusiones de su búsqueda. Y la entrevista es uno de los principales instrumentos utilizados en la investigación de las ciencias sociales, desempeñando un papel importante en los estudios científicos. Se usó con el maestro del aula de 4 años, utilizando un guión y aplicaciones de cuestionarios semiestructurados, que se desarrollan a partir de un esquema básico, pero no se aplican de manera rígida, lo que permite al entrevistador hacer las adaptaciones necesarias. Este enfoque ayudará a comprender y analizar las principales contribuciones. Acercándose a los teóricos: con la realización de los estudios teóricos y la investigación de campo, se verificó que el maestro regente de la clase de 4 años no tuvo muchas dificultades para trabajar con el alumno con TEA, ya que funciona con una metodología que incluye Ese alumno en la enseñanza regular. La investigación confirmó, finalmente, que la inclusión ocurre en la sala regular con el estudiante seleccionado por la investigación.

Palabras clave: Autismo; Inclusión Escolar; Acción Docente.

LISTA DE SIGLAS / ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia
NBR	Norma Brasileira
TEA	Transtorno do Espectro Autista

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Cidade de Aral Moreira

Figura 2 – Título da figura

Figura 3 – Título da figura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	CAPÍTULO I.....	19
1.1.1	Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	19
2	CAPÍTULO II.....	28
2.1	Inclusão Escolar.....	28
2.1.1	Ação Docente.....	31
3	CAPÍTULO III.....	36
3.1	Procedimentos Metodológicos.....	36
3.1.1	Área de Estudo.....	36
3.2	Métodos.....	37
3.3	Técnicas.....	38
3.4	Análises.....	39
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
	REFERÊNCIAS.....	46
	APÊNDICE.....	48
	ANEXOS.....	50

INTRODUÇÃO

“O conhecimento é poder. Utilize parte do seu tempo para educar alguém sobre o autismo. Não necessitamos de defensores. Necessitamos de educadores”.

Asperger Women Association

O presente trabalho apresenta uma pesquisa acerca do tema Transtorno do Espectro Autista (TEA). Buscou-se estudar sobre a inclusão de alunos com autismo, abordando o que é Espectro Autista, assunto que ainda é pouco conhecido por profissionais da área da educação, bem como, por demais profissionais que tem a responsabilidade de lidar com o transtorno; vale a pena pesquisar para a compreensão e a melhoria no atendimento às crianças autistas.

Estudar, entender e conhecer o que vem a ser Espectro Autista foi de suma importância, pois existem muitos alunos autistas e precisamos aprender a lidar com eles. O tema autismo é um grande desafio para os profissionais da educação, pois é na escola, onde a criança passa boa parte do seu tempo, e neste caso, o professor deve estar atento, observando seus alunos e se notar algo que considere diferente deverá procurar uma orientação sobre esta questão.

Segundo Marion e Lebroyer “são consideradas autistas, as crianças que têm inaptidão para estabelecer relações normais com o outro, um atraso na aquisição da linguagem e, quando ela se desenvolve, uma incapacidade de lhe dar um valor de comunicação” (1995, p. 9).

Nesse sentido, a escolha do tema amadureceu por meio dos estágios da faculdade, com alunos que apresentam o autismo. O interesse aumentou e vários questionamentos surgiram; entre eles os que definiram as seguintes problemáticas: Quais são as metodologias e os desafios dos professores em uma sala de aula de ensino regular em relação a uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA)? Os professores estão preparados para realizarem e promoverem de forma significativa o aprendizado desse aluno? E, diante dessas problemáticas, surgiram outras: Os professores trabalham com uma metodologia diferenciada para incluir o aluno com TEA, no ensino regular? Os

professores se sentem preparados para atender a essa realidade? A Escola tem proporcionado formações continuadas sobre a temática da inclusão?

Sendo assim, este estudo trouxe como objetivo geral: Conhecer as metodologias de um professor regente e como ocorre a inclusão de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na sala regular.

Os objetivos específicos: Conhecer o perfil docente do professor que atende a alunos autistas na sala regular; Investigar se os professores conhecem a lei que abriga os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA); Analisar as estratégias pedagógicas usadas pelos professores e suas metodologias para investigar se estas estão sendo adequadas para o processo de inclusão desse aluno; Conhecer o apoio pedagógico aos professores, que atendem a alunos autistas, na sala regular.

Para atingir tais objetivos deve-se levar em conta que o professor exerce um papel importante, pois, está ali presente no contexto escolar e, de alguma forma, pode estar ajudando, aquela criança, pois, a partir do momento em que o professor observa que o aluno apresenta algum problema, aquele poderá estar fazendo relatório sobre o desenvolvimento do aluno no ambiente escolar e, assim, fazer os possíveis encaminhamentos, ou seja, pode estar conversando com a coordenação pedagógica e, posteriormente, com a família, questionando sobre o desempenho do aluno em casa, no intuito de ajudar no desenvolvimento cognitivo e social dessa criança.

Portanto, o tema pesquisado se torna relevante pela falta de estudos sobre o assunto, pois os conhecimentos dos educadores podem ajudar os alunos considerados diferentes, a serem incluídos nas salas de aula, no ensino regular.

Durante os anos em que estudei nas Faculdades Magsul tivemos uma pergunta condutora do curso para respondê-la, no final, sendo ela: Qual é o papel do pedagogo, na região de fronteira, frente à multiculturalidade reinante, visando promover a melhoria da qualidade de vida por meio da educação? Hoje, ao término do curso, percebo que a resposta a essa pergunta é ampla, entretanto, focando no tema proposto para a pesquisa penso que os educadores precisam estudar e conhecer sobre a particularidade dos seus alunos, principalmente quando esses apresentam algumas deficiências, pois a cada dia estão sendo matriculados nas escolas e devemos estar preparados

para lidar com as situações, até porque a região escolhida para a pesquisa se encontra na região de fronteira e apresenta um público multicultural e muitas crianças com necessidades especiais.

Segundo Mantoan, “Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Sabemos que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele” (1999, p. 24).

A pesquisa tem como base estudo de caso com abordagem qualitativa, a qual será feita pelo contato direto do pesquisador com o ambiente onde será investigado o objeto de estudo, tendo, “o intuito de investigar um grande problema a ser resolvido, buscando qualidade nos dados obtidos e respostas para o problema proposto nesta pesquisa” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.11).

No primeiro capítulo, tratou-se dos autores Gómez e Terán (2014); Marion Leboyer (1995); Silva; Gaiato; Reveles (2012), o qual, entre outros autores, fala sobre o assunto Transtorno do Espectro autista TEA.

No segundo capítulo, o texto trata sobre inclusão e ação docente e dentre os autores que falam sobre esse assunto foram selecionados: Mantoan (2003), Facion (2008), Mazzota (2005), Camargo e Bosa, (2009), Zanata e Caetano (2018).

No terceiro e último capítulo, o texto trata do caminhar da pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso com embasamento metodológico científico em Lüdke e André (1986), para as observações, os registros e as análises realizadas.

CAPITULO I

“Quanto mais longe uma criança com autismo caminha sem ajuda, mais difícil se torna alcançá-la”.
Talk About Autism

Este capítulo apresenta em linhas gerais um histórico e o conceito de Transtorno do Espectro Autista (TEA), tendo como objetivo apresentar os principais aspectos teóricos abordados sobre o autismo no intuito de que a pesquisa esclareça e nos aproxime dos principais conceitos, trazendo à luz esse universo temático e trata, também, de algumas leis que amparam o TEA e sua classificação.

1.1 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Segundo Gómez e Terán a palavra "autismo" deriva do grego "autos", que significa "voltar-se para si mesmo". A primeira pessoa a utilizá-la foi o psiquiatra austríaco Eugen Bleuler, em 1911, para descrever uma das características de pessoas com esquizofrenia, referindo-se ao isolamento social dos indivíduos acometidos. A tendência atual na definição de autismo é a de conceituá-lo como uma síndrome comportamental, de etiologias múltiplas, com intensas implicações para o desenvolvimento global infantil.

O autismo é conceituado como uma das alterações mais intensas do desenvolvimento. Como isso se modifica muito, no desenrolar de seus sintomas, o autismo pode não ser reconhecido, especialmente em indivíduos levemente afetados ou naqueles com várias dificuldades, pois é necessário um diagnóstico mais evidente para detectá-lo mais efetivamente.

Evidencia-se aqui que na área da saúde o Transtorno do Espectro do Autismo é classificado pelo CID 10 ¹, que atualmente está sendo reformulado. Buscando-se novos conceitos, o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) passou a constar na nova Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas

¹ A CID-10 trazia vários diagnósticos dentro dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD — sob o código **F84**), como: Autismo Infantil (F84.0), Autismo Atípico (F84.1), Síndrome de Rett (F84.2), Transtorno Desintegrativo da Infância (F84.3), Transtorno com Hipercinesia Associada a Retardo Mental e a Movimentos Estereotipados (F84.4), Síndrome de Asperger (F84.5), Outros TGD (F84.8) e TGD sem Outra Especificação (F84.9). A nova versão da classificação une todos esses diagnósticos no Transtorno do Espectro do Autismo (código **6A02** — em inglês: Autism Spectrum Disorder — ASD), as subdivisões passaram a ser apenas relacionadas a prejuízos na linguagem funcional e deficiência intelectual. A intenção é facilitar o diagnóstico e simplificar a codificação para acesso a serviços de saúde.

Relacionados à Saúde, a CID-11² que foi lançada recentemente pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Nesse sentido, Gómez e Terán orientam que

Diagnosticar um autista é difícil e somente um profissional especializado da área da saúde pode realizar uma avaliação e um diagnóstico confiável. No entanto, os pais, professores e outras pessoas que estão em contato com a criança autista podem ajudá-la a receber os cuidados de que precisa. Os pais e os educadores podem fornecer um importante primeiro passo no processo de diagnóstico, detecção. Ao reconhecer os sintomas do autismo, podem propor um encaminhamento para o profissional especializado (GÓMEZ E TERÁN, 2014, p.514).

Esses autores destacam que, por meio da observação das pessoas mais próximas das crianças, se poderá fazer um diagnóstico por profissionais da área da saúde, bem como deverão ser feitas intervenções em prol de seus desenvolvimentos plenos.

Acrescenta-se que o autismo foi descrito pela primeira vez, em 1943, pelo Dr. Leo Kanner que “caracterizou como autistas”, as crianças que têm inaptidão para estabelecer relações normais com o outro, um atraso na aquisição da linguagem e, quando ela se desenvolve, uma incapacidade de lhe dar um valor de comunicação. Nessa primeira publicação, Kanner ressalta que o sintoma fundamental é “o isolamento autístico”, que já se percebia na criança, desde o início da vida. O autismo é conceituado como umas das alterações mais profundas do desenvolvimento, ou seja, ele varia muito em seus sintomas e pode não ser reconhecido em indivíduos levemente afetados, ou com várias dificuldades, podendo ocorrer por vários fatores. Leboyer destaca que:

O Autismo era a consequência de uma interação patológica, de pais e filhos, propondo, entre outras hipóteses: um excesso e insuficiência de estimulações, uma estrutura familiar demasiadamente maleável, ou ao contrário, excessivamente forte e intrusa, uma ausência de reforço positivo, uma falta de identidade e de papéis familiares precisos de uma comunicação pais filhos inadequada ou anormal (MARION LEBOYER, 1995, p.45).

A disfunção cerebral faz com que a criança apresente incapacidade acentuada no desenvolvimento das relações interpessoais, principalmente nos cinco primeiros anos de vida, caracterizando-se pela falta de relação e de interesse pelas outras pessoas que o rodeiam, o que se estende, tanto no meio familiar, quanto no meio escolar. Destaca-se ainda que a criança autista não se utiliza do contato visual

² CID-11 Disponível em: <http://tismoo.us/saude/diagnostico/nova-classificacao-de-doencas-cid-11-unifica-transtorno-do-espectro-do-autismo-6a02/>.

para chamar atenção, pois tem o que é chamado de “prosopagnosia”³, que é a incapacidade de reconhecer rostos, e também achar o olhar de outras pessoas agressivo; alguns poderão apreender a ver o olhar dos outros, mas há outros que nunca tolerarão tal visão. O autista se comporta mais frequentemente como se estivesse só, como se outras pessoas não estivessem ao seu redor.

Segundo Gómez e Terán (2014), o autismo pode estar se manifestando por uma perturbação global do desenvolvimento, evolui com a idade e se prolonga por toda a vida em qualquer pessoa. Afeta cerca de quatro a cinco crianças em cada 10.000 nascidos e, é quatro vezes mais comum em meninos, do que em meninas. Estima-se que o autismo afete de duas a dez pessoas em cada dez mil habitantes, dependendo do critério de diagnóstico usado.

Gómez e Terán (2014) acrescentam que Kanner apresentou um subtipo de autismo, o autismo secundário, que aparece no segundo ano de vida. “Nesses casos, as crianças parecem se desenvolver normalmente durante os dezoito a vinte meses de vida, mas logo se retraem, perdem a ordenação da linguagem, interrompem seus desenvolvimentos sociais e reduzem as atividades normais” (p.447). Nesse sentido tem se nomeado autismo como uma constituição que é caracterizada por uma alteração no contato com a realidade, tendo como consequência para o indivíduo uma grande dificuldade em se relacionar com os outros.

Ressalta-se que o ideal seria observar e fazer o diagnóstico nos três primeiros anos de vida da criança quando aparecem os primeiros comportamentos que são diferenciados das outras crianças, por meio do desenvolvimento anormal que aparecem pelo menos em um dos seguintes aspectos: sociais, comunicativos e comportamentais. Segundo Capellato (2018):

O primeiro critério é o prejuízo qualitativo nas interações sociais, que inclui dificuldades no uso de formas não verbais de comunicação, falta de relacionamento com os colegas. O segundo é relacionado à comunicação, com atrasos no desenvolvimento da linguagem verbal, sem uma tentativa de compensação, por meio de modos alternativos. O terceiro diz respeito aos padrões restritivos, repetitivos e estereotipados de comportamento, interesses e atividades. E por último vêm os padrões estereotipados e restritivos de interesse que demonstram adesão inflexível a rotinas e rituais não funcionais específicos (CAPPELATO, 2018).

³ Prosopagnosia em grego: "prosopon"="cara", "agnosia" = "incapacidade de reconhecer (também conhecida como *cegueira para feições*) era, até muito recentemente, tratada como uma desordem rara da percepção da face, na qual a capacidade de reconhecer os rostos está danificada, embora a de reconhecer objetos pudesse estar relativamente intacta. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Prosopagnosia>.

Além disso, se a família tem um filho com autismo, há possibilidades, de cinco a dez por cento, de que a família tenha outro filho com autismo. Mas se uma família não tem um filho com autismo, há somente 0,1 a 0,2 por cento de possibilidades de nascer um filho com autismo.

Gómez e Terán (2014) destacam que o Transtorno do Espectro Autista abrange: “Transtorno autista, às vezes, denominado como autismo clássico, Síndrome de Asperger; Síndrome de Rett; Transtorno global do desenvolvimento não especificado ou autismo atípico. Dependendo dos sintomas específicos, uma pessoa com autismo pode estar em qualquer uma dessas categorias” (p.452).

Outro sistema classificatório internacionalmente usado que também é adotado no Brasil e, é de extrema importância na avaliação diagnóstica e no planejamento da terapêutica adequada aos TEA, é a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)⁴.

Segundo Silva, Gaiato e Reveles, dentre as características fundamentais do Transtorno do Espectro (TEA) estão:

1. Hereditariedade (herança biológica): transmissão de informações genéticas de pais para filhos na reprodução.
2. Mutação: alteração no material genético, isto é, no DNA. Ela pode ocorrer espontaneamente ou ser induzida por um agente, por exemplo, medicação ou radiação.
3. Cariótipo: conjunto de cromossomos de cada célula do organismo.
4. Gene: segmento de molécula de DNA que contém uma instrução gênica codificada para a síntese de uma proteína, ou seja, é a informação que dará origem a uma característica do indivíduo.
5. DNA: conjunto sequencial de genes ou informações.
6. “Síndrome genética: doença clínica com um conjunto de sintomas e sinais característicos que tem origem genética comprovada” (SILVA, GAIATO e REVELES 2012, p. 121).

Para os autores citados acima

O principal instrumento para o diagnóstico é o conhecimento dos critérios, dos sintomas, ou seja, e dos detalhes que podem resultar em sinais do espectro do autismo. “A observação da criança, o relato dos pais e de outras pessoas que convivem com ela, como babás e professores, são fundamentais para a coleta de informações. Não existem, até o momento, testes psicológicos que determinem se a criança está ou não dentro do espectro, mas alguns instrumentos podem ser úteis nessa fase do diagnóstico e da investigação clínica (SILVA, GAIATO e REVELES, 2012, p.121).

⁴ A CIF é um sistema de classificação funcional que traz as dimensões das atividades (execução de tarefas ou ações por um indivíduo) e da participação (ato de se envolver em uma situação vital) de cada pessoa, bem como os qualificadores de desempenho (aquilo que o indivíduo faz no seu ambiente atual/real) e de capacidade (potencialidade ou dificuldade de realização de atividades) nas seguintes áreas: aprendizagem e aplicação do conhecimento; tarefas e demandas gerais; comunicação; mobilidade; cuidado pessoal; vida doméstica; relações e interações interpessoais; áreas principais da vida; vida comunitária, social e cívica (PASCHE; MENDES, 2014, p. 56).

De acordo com os autores citados, deve-se destacar que o autismo não é uma síndrome tão perceptível assim, ou seja, somente o olhar para um indivíduo com Transtorno do Espectro Autista (TEA) não possibilita ao observador notar por traços ou pela fisionomia que alguém tem o transtorno, quanto mais cedo houver um diagnóstico e uma intervenção, maior será a chance de esse indivíduo desenvolver suas potencialidades e ser incluso na sociedade.

Segundo Gómez e Terán (2014), os estudos sobre autismo se iniciaram na época de 1943-1963, com Kanner, e era definido “como transtorno emocional e os pais seriam responsáveis pela criança apresentar os ditos sintomas, devido a estilos de criação inadequada”. O primeiro estudo realizado por Kanner com a criança Jerry, assim define o autismo como uma entidade clínica dentro de um grupo de perturbações emocionais graves, causado por um déficit no vínculo parental. Atribuindo, pois, aos pais um compromisso afetivo, que por sua vez, foi considerado pelo autor como um dos desencadeantes da síndrome.

Por isso, Asperger ressalta autismo como:

um transtorno de personalidade que representava um transtorno de personalidade que representava um desafio muito complexo para a educação especial: como educar crianças que carecem dos requisitos motivacionais que levam a estabelecer profundas relações afetivas e identificar-se com seus membros adultos, incorporando a cultura e humanização através de um processo remunerado pelas emoções e afetos intersubjetivos (GÓMEZ e TERÁN, 2014, p.463).

Desta forma, um quadro específico que denomina o “autismo infantil da criança” é a extrema solidão evidente na incapacidade de se relacionar com as pessoas e coisas e com as mostradas por essas desde o começo de suas vidas.

Deve-se pontuar que o transtorno fundamental dos autistas é a limitação das relações sociais, por isso, a personalidade dessas crianças é afetada por essa limitação.

Quando uma criança dita normal cresce, sucede-se o tempo cronológico com o esperado desenvolvimento bio-psicopedagógico; no entanto, no caso das crianças com autismo, à medida que crescem, manifestam uma forma diferente de se vincular com os objetos do mundo.

De acordo com Gómez e Terán (2014) “Os sintomas de autismo usualmente aparecem durante os primeiros três anos da infância e continuam ao longo de toda vida” (p.479-480). As pessoas com autismo respondem anormalmente aos sons,

toques e outros estímulos sensoriais; muitos mostram pouca sensibilidade à dor, mas podem ser extremamente sensíveis e resistem em ser abraçados. Os autistas podem bater os braços para demonstrar que estão felizes ou podem se machucar para demonstrar que não estão.

Segundo a revista Neuroconecta (2017):

O autismo ou “Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)” é caracterizado por uma desordem cerebral que impacta no desenvolvimento da pessoa, podendo interferir na forma como ela percebe o mundo ao redor e interage com os outros, ocasionando desafios sociais, de comunicação (verbal ou não) e comportamentais. Trata-se de uma condição crônica, de uma deficiência neurológica, e não de uma doença (NEUROCONNECTA, 2017).

Nesse sentido, é importante ressaltar que o “Espectro Autista é um contínuo, não uma categoria única e, apresenta-se em diferentes graus, sendo que a maioria dos indivíduos com TEA têm deficiências mentais de leve a moderada, com deficiência linguística associada. Podemos definir como Grau Severo (nível 3); Grau moderado (nível 2) e Grau Leve (nível 1):

Nível 3: severo (necessitam de maior suporte/apoio): Diz respeito àqueles que apresentam um déficit considerado grave nas habilidades de comunicação verbais e não verbais. Ou seja, não conseguem se comunicar sem contar com suporte. Com isso apresentam dificuldade nas interações sociais e tem cognição reduzida. Também possuem um perfil inflexível de comportamento, tendo dificuldade de lidar com mudanças. Tendem ao isolamento social, se não estimulados. Nível 2: moderado (necessitam de suporte). Semelhante às características descritas no nível 3, mas com menor intensidade no que cabe aos transtornos de comunicação e deficiência de linguagem. Nível 1: leve (necessita de pouco suporte). Com suporte, pode ter dificuldade para se comunicar, mas não é um limitante para interações sociais. Problemas de organização e planejamento impedem a independência (NEUROCONNECTA, 2017).

Percebe-se, pois, que o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) pode ser classificado conforme o grau de dependência e/ou necessidade de suporte, podendo ser considerado: autismo leve, moderado ou severo. Um dos fatores importantes é o diagnóstico e a intervenção com o tratamento adequado tendo como alvos principais as habilidades de interação social e linguagem, a fim de torná-las o mais funcional possível, e também se devem trabalhar os comportamentos desadaptativos, com o objetivo de atenuá-los, levando em consideração que algumas crianças, que foram diagnosticadas com autismo, quando pequenas, tendem a perder seus sintomas quando crescem.

Atualmente muito se tem evoluído em relação ao transtorno e o aluno com

TEA é protegido por lei, tendo o direito à inclusão, a qual deve ser de fato efetivada na prática, em sua vida escolar.

Um dos termos é a Política Nacional da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei nº 12.764/ 2012, e também o Projeto de Lei Ordinária nº 47/ 2015, as quais garantem proteção à criança com autismo, desde o seu diagnóstico, até o tratamento, a medicação e a educação. Há leis que garantem àqueles que estão no TEA ou apresentam algum outro tipo de deficiência o direito ao ingresso na escola – seja ela pública ou privada.

Primeiramente, é importante compreender que “a pessoa com transtorno do espectro do autismo é considerada com deficiência para todos os efeitos legais”, conforme estabelece em seu parágrafo 2º, do artigo 1º. Um dos direitos é que, em caso de necessidade, o aluno com TEA poderá ter acesso a um profissional de apoio escolar, como um professor de apoio, para auxiliar no processo de aprendizagem, em sala. Conforme expresso na referida lei, em seu Art. 7º, inciso § 1º, que os gestores, os responsáveis pela escola não poderão recusar a matrícula, pois serão punidos, caso o façam.

Art. 7º - O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.

§ 1º - Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo (BRASIL, 2012).

Em 2012 é criada, pela Lei nº 12.764/2012, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro Autista que, além de consolidar um conjunto de direitos, em seu artigo 7º, veda a recusa de matrícula a pessoas com qualquer tipo de deficiência e estabelece punição para o gestor escolar ou autoridade competente que pratique esse ato discriminatório.

Percebe-se que a legislação favorece a inclusão desses alunos, ou seja, dando a eles direito ao ensino. Além disso, essa lei pode oferecer um ensino adaptado à necessidade e conforme suas potencialidades. Assim, cabe à escola ser provedora das reformas pedagógicas que dão suporte ao movimento de inclusão no ambiente de ensino.

O estudo sobre o autismo vem se tornando crescente, pois existem muitas crianças que estão sendo incluídas, na sala regular, com o diagnóstico de autismo e cabe à escola estar recebendo, ou seja, incluindo esse aluno e fazendo o possível

para que a inclusão se torne, de fato, prática, em sua vida.

Consequentemente, é muito importante que os professores procurem informações sobre o TEA, construindo-se, dessa maneira, como detentores de um saber de como é possível lidar com os alunos autistas, buscando formas de ensinar esse aluno de acordo com o perfil de cada um, ou seja, o professor deve estar preparado para quando receber um aluno com TEA tenha conhecimentos sobre a temática, tendo a consciência de que cada aluno autista é diferente do outro e que possui diferentes dificuldades e capacidades.

Nesse sentido, é importante o educador estar escolhendo metodologias que gerem resultados significativos na vida desse aluno, trazendo adaptações pedagógicas que consigam fazê-los se socializar e interagir a partir de trocas de experiências com seus colegas, na tentativa da construção de suas cidadanias.

As pessoas com autismo têm os mesmos direitos que qualquer pessoa, como previsto na Constituição Federal de 1988, bem como, nas leis específicas para pessoas com deficiência. Durante a infância, elas têm, ainda, direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, após os 60 anos, têm os direitos do Estatuto do Idoso.

Sendo assim, é preciso conhecer e entender as características do TEA para que seja possível identificá-las em um indivíduo com o espectro do autismo, pois com base nestas informações será possível introduzir um tratamento adequado, levando em conta a funcionalidade intelectual e adaptativa e, assim, melhorar as ferramentas empreendidas para desenvolver suas habilidades.

Com os direitos garantidos, as pessoas com autismo não deveriam encontrar nenhuma dificuldade para receber um diagnóstico correto e um tratamento efetivo, ambos pautados em pesquisas científicas, para experimentar a inclusão social e escolar ou ter acesso ao mercado de trabalho. Porém, na prática, a realidade é bem diferente: famílias lutam, muitas vezes, durante toda a vida, de maneira desgastante e solitária.

É preciso ponderar que as pessoas afetadas, ou envolvidas com essa síndrome, busquem desenvolver a resiliência, ou seja, precisam ser resilientes, para que possam ter uma vida mais feliz ao enfrentar e superar os entraves que o transtorno poderá ocasionar. Por isso, é importante destacar que:

Resiliência é a capacidade que temos de lidar com problemas, superar os obstáculos que aparecem em nossas vidas ou resistir às pressões de

situações adversas. Quanto mais a desenvolvemos, mais facilidades encontramos para dar "à volta por cima" e seguir em frente, com uma boa dose de coragem, serenidade e otimismo. As famílias de pessoas com autismo que conseguem administrar melhor o diagnóstico, ou seja, possuem mais resiliência, sofrem menos de estresse, depressão e, conseqüentemente, tendem a ser mais felizes (SILVA, GAIATO e REVELES, 2012, p.156).

Deve-se levar em conta que as famílias devem buscar seus direitos e o conhecimento sobre o transtorno, pois este é o melhor caminho para um tratamento de sucesso, para que esse indivíduo com transtorno possa extrair o máximo de seu potencial intelectual, psicológico e cognitivo, podendo assim levar uma vida digna e, em sua maioria, com autonomia e independência para realizar suas atividades no cotidiano.

2. CAPÍTULO II

“Pessoas com autismo não mentem, não julgam, não fazem jogos mentais. Talvez possamos aprender alguma coisa com elas”.
Cafe Press

Este capítulo tem por objetivo destacar os teóricos que estudam sobre a inclusão escolar e a ação docente .

2.1 INCLUSÃO ESCOLAR

O tema inclusão é relevante, pois é preciso conhecer realmente o que é a inclusão e se isso está acontecendo nas escolas, uma vez que a inclusão só acontece, na prática, quando sai do papel.

O atendimento escolar especial aos portadores de deficiência teve seu início, no Brasil, na década de cinquenta, do século passado. Esse acontecimento foi considerado importante e, a primeira providência, neste sentido, foi concretizada por D. Pedro II, em 12 de setembro de 1854. Segundo Mantoan (2003):

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada (MANTOAN, 2003, p. 57).

Em conformidade com Mantoan, as escolas que reconhecem e valorizam as diferenças têm projetos inclusivos de educação e o ensino que ministram difere, radicalmente, do proposto para atender às especificidades dos educandos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma, por problemas que vão desde as deficiências até outras dificuldades de natureza relacional, motivacional ou cultural dos alunos. Nesse sentido, elas contestam e não adotam o que é tradicionalmente utilizado para dar conta das diferenças nas escolas, sendo elas: as adaptações de currículos, a facilitação das atividades e os programas para reforçar aprendizagens, ou mesmo para acelerá-las, em casos de defasagem idade/série escolar. Nesse sentido, Mantoan adverte que:

O futuro da escola inclusiva depende de uma expansão rápida dos projetos verdadeiramente imbuídos do compromisso de transformar a escola, para se adequar aos novos tempos. Se ainda hoje esses projetos se resumem a experiências locais, estas estão demonstrando a viabilidade da inclusão, em escolas e redes de ensino brasileiras, porque têm a força do óbvio e a

clareza da simplicidade (MANTOAN, 2003, p.92).

O desafio que confronta a escola inclusiva diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança que, se bem-sucedida, será capaz de educar a todas, especialmente aquelas que possuam desvantagens severas.

O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva (UNESCO, 1994, p.4).

Segundo a Declaração de Salamanca, subentende-se a Educação inclusiva como um modo mais eficiente para a construção de solidariedades entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas. Ressalte-se que para encaminhá-las a escolas especiais, em caráter permanente, isso deveria se constituir em exceções e somente ser recomendado naqueles casos infrequentes em que fiquem claramente demonstrados que a educação, na classe regular, seja incapaz de atender às necessidades educacionais ou em busca de melhoria de vários fatores.

Tais melhorias estão descritas na Declaração de Salamanca nos Fatores relativos à escola: Mudanças em todos os seguintes aspectos da escolarização, assim como em muitos outros, são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extracurriculares (UNESCO, 1994, p.8).

Tais mudanças requerem o empenho de todos os integrantes da escola e, principalmente, na atitude do professor para que ocorra a inclusão e, não apenas, a integração. Para Facion (2008, p.89), “a integração deposita no indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso e as práticas pedagógicas decorrentes implicam o conceito de prontidão, sendo o ensino especializado, encarregado de preparar o aluno para integrar-se no ensino regular”.

No entanto, para Mantoan (2003), para que a escola seja inclusiva é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconhece e valoriza as diferenças. A discussão sobre a integração/inclusão cria ainda inúmeras e infundáveis polêmicas, provocando as corporações de professores e profissionais da área de saúde, que atuam no atendimento às pessoas com deficiência.

O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrario é não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades (MANTOAN, 2003, p.24).

Para Facion (2008, p 65). “Podemos concluir uma implantação de um ensino que possibilite educar de forma inclusiva as diversidades impõem a construção de um projeto que não dará ao acaso nem de uma hora para outra e que não é uma tarefa individual. Ao contrario, trata de um trabalho coletivo, que envolve discussões em debates entre as mais diferentes esferas (governo, sociedade, escola e individuo) ”. Portanto a união das pessoas em busca da inclusão é de suma importância, pois faz toda diferença.

Para Camargo e Bosa:

Inclusão da criança autista na escola regular deve dar a ela condições de estabelecer um convívio social com outros alunos da mesma faixa etária, para usufruir do aprendizado que as relações sociais promovem para toda criança, através das experiências vivenciadas durante a brincadeira, pela troca de ideias, incluindo o solucionar conflitos comuns nas atividades (CAMARGO e BOSA, 2009).

Inclusão é uma política que busca perceber e atender às necessidades educativas especiais de todos os alunos, em salas de aula comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. A escola, portanto, deveria adaptar-se às necessidades individuais desses alunos, requerendo mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das instituições de ensino, nas formações dos professores e nas relações família-escola (SILVA, GAIATO e REVELES, 2012, p.163).

Na proposta da educação inclusiva, todos os alunos devem ter a possibilidade de integrar-se a um ensino regular, mesmo aqueles com deficiências ou transtornos do comportamento, de preferência sem defasagem de idade em relação ao ano, incluindo crianças com TEA.

A inclusão de algumas crianças com transtorno autista, inseridas na escola, tende a apresentar dificuldades. Essas ocorrem na linguagem, ao falar e, muitas vezes, o outro não as entende, gerando dificuldades também no relacionamento interpessoal e no desempenho dessas crianças, por isso, o professor deve sempre estar buscando estratégias para melhorar o desenvolvimento de seu aluno, já que “As referentes linguagens podem ser observadas no modo como o aluno se

expressa na oralidade e escrita (FACION, 2008, p.68) ”.

Ainda em referência às estratégias para o desenvolvimento dos alunos, Costa (2017)

Afirma que não existe, na sala de aula, uma rotina visual ou materiais que disponham de imagem que indiquem ao aluno com TEA qual será sua próxima atividade, ou mais atividades serão privilegiadas no dia de aula, o que pode dificultar o trabalho do professor e ainda deixar a criança com TEA alheia à situação, vivenciada na sala de aula pelos demais presentes (COSTA, 2017).

Segundo esse autor, é de incumbência do professor perceber as particularidades comportamentais, a variabilidade de apresentações possíveis e a percepção clínica demonstrada no TEA, individualmente. Tal percepção não implica apenas colocar ações em prática, mas sim, que estas devem atender àquelas expectativas já estabelecidas para o atendimento do aluno, considerando seu quadro de desenvolvimento. Ressalta-se ainda que, nos dias atuais, há uma melhor compreensão sobre o TEA, sendo possível que os professores planejem suas intervenções mais eficazmente em prol do desenvolvimento do aluno com essa síndrome.

2.1.1 ACÃO DOCENTE

O profissional da educação deverá estar aberto às mudanças, para trabalhar com o aluno seja com deficiência, ou não; é preciso, pois, inovar, arriscar, transformando procurando estratégias, para melhor atender a seu aluno. Dessa forma, o fazer profissional possibilitará ao aluno um aprendizado que possa ter significados em sua vida.

Nóvoa pontua que,

Os professores são funcionários, mas de um tipo particular, pois a sua ação está impregnada de uma forte intencionalidade política, devido aos projetos e às finalidades sociais de que são portadores. No momento em que a escola se impõe como instrumento privilegiado da estratificação social, os professores passam a ocupar um lugar-charneira nos percursos de ascensão social, personificando as esperanças de mobilidade de diversas camadas da população: agentes culturais, os professores são também, inevitavelmente, agentes políticos (NÓVOA, 1991, p.14).

Esse autor salienta que é nesse papel relevante junto à sociedade que “O velho mestre é substituído pelo novo professor de instituição primária, pois busca novas ideias, conhecimentos e formas diversificadas. As instituições de formação

ocupam um lugar central na produção e reprodução do corpo de saberes e do sistema de normas da profissão docente”. Esse profissional precisa adaptar-se a mudanças, lembrando que:

Ensinar hoje é diferente do que era há vinte anos. Fundamentalmente, porque não tem a mesma dificuldade trabalhar com um grupo de crianças homogêneas pela seleção ou enquadrar a cem por cento as crianças de um país, com os cem por cento de problemas sociais que essas crianças levam consigo. Daí o desencanto que atinge muitos professores, que não souberam redefinir o seu papel perante esta nova situação (NÓVOA, 1991, p.96).

A situação descrita nos leva a pensar que são muitos os elementos que estão contribuindo para a transformação no sistema escolar. Para Nóvoa, o primeiro deles seria:

Para além de saber a matéria que leciona, pede-se ao professor que seja facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz, organizador do trabalho em grupo, e que, para além do ensino, cuide do equilíbrio psicológico e afetivo dos alunos, da integração social e da educação sexual, etc.; a tudo isto pode somar-se a atenção dos alunos especiais integrados na turma (NÓVOA, 1991, p. 100).

O segundo fator de transformação no sistema escolar, segundo Nóvoa seria um processo, registrado nos últimos vinte anos, de inibição das responsabilidades educativas de outros agentes de socialização, que seria a família.

A família constitui o caso mais significativo, devido à incorporação da mulher no trabalho e à redução do número dos seus membros e das horas de convívio. Nesse sentido, são cometidas à escola maiores responsabilidades educativas, nomeadamente no que diz respeito a um conjunto de valores básicos que, tradicionalmente, eram transmitidos na esfera familiar (NÓVOA, 1991, p.101).

As mudanças na estrutura das famílias trouxeram maiores responsabilidades aos docentes que precisam ter mais conhecimentos, os quais devem se iniciar em sua formação da graduação e se estenderem à especialização e a uma formação continuada.

Para Batista e Mantoan (2006), os cursos de graduação devem preparar todo professor que atuará na educação básica, em qualquer disciplina, tanto quanto para trabalhar com alunos de necessidades especiais. Porém, para esse preparo não se trata somente de incluir novas disciplinas nos cursos, mas de se adaptarem todas as existentes para essa meta.

Uma formação continuada é de suma importância para os professores estarem se inteirando, estudando, conhecendo sobre as práticas pedagógicas e podendo estar, assim, atualizando-se a cada dia. Ainda de acordo com Mantoan

(2003):

No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa resignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. Como já nos referimos anteriormente, a inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional (MANTOAN, 2003, p.81).

O Treinamento de professores especiais necessita ser reconsiderado com a intenção de se lhes habilitar a trabalhar em ambientes diferentes e de assumir um papel-chave em programas de educação especial e estar preparado para estar atuando com alunos com deficiências. “Uma abordagem não categoriza que se embarquem todos os tipos de deficiências, mas deveria ser desenvolvida como núcleo comum e anterior à especialização em uma ou mais áreas específicas de deficiência” (UNESCO, 1994, p.11).

Em relação à especificidade de um atendimento educacional especializado de alunos autistas e sobre a necessidade de formação profissional adequada, percebemos a existência de dificuldade de ordem teórica, estrutural e política nesse campo. “Nos dias atuais é possível observar que o aluno com autismo apresenta características individuais próprias que podem comprometer por si a execução de propostas pedagógicas” (FACION, 2008, p.67).

O professor deve levar em conta que cada aluno tem seu tempo, isso é, saber que nem todos aprendem no mesmo ritmo e, assim, propor a cada criança uma atividade que possibilite ao professor diagnosticar suas dificuldades e barreiras para chegar a um ritmo de aprendizagem eficiente e que seja condizente com suas necessidades.

As crianças com autismo têm necessidades especiais, mas devem ser educadas com as mínimas restrições possíveis; portanto, é preciso tentar incluir a criança autista, no ensino, com professores preparados especificamente para isso e com aulas diversificadas e um ambiente escolar específico.

Por isso, Zanata e Caetano (2018) consideram ser importante salientar que a formação do professor que atua com essa especialidade necessita de um aprofundamento para a atuação, em sala, uma vez que as condições continuadas de

uma pedagogia que aborde o assunto do autismo e do ensino inclusivo com maior afinco, ainda não se firmaram e, essa realidade está muito mais frequente agora, comparada com outros tempos. Vale ressaltar, também, que seria importante para a preparação do pedagogo que a sala de AEE da escola estivesse incluída no seu percurso pelo estágio, durante sua formação e que se fizesse um acompanhamento de seu desenvolvimento se aperfeiçoando em formações continuadas.

Em pesquisa apresentada por Pimentel e Fernandes (2014), estes afirmam que os professores consideraram que a escola, em geral, oferece apoio suficiente para seus trabalhos, mas que há pouca contribuição de outros profissionais e falta tecnologia de ensino adequada. Segundo esses professores, o meio mais utilizado para se comunicar com o aluno é o oral. As respostas em relação à circunstância em que o aluno autista tem maior dificuldade em se comunicar e os comportamentos mais observados nos demais alunos foram muito variados. Isso pode ter ocorrido pela diversidade de características que os indivíduos com TEA apresentam, ou pela falta de experiência desses professores com essas crianças, gerando dificuldades para observar e destacar tais habilidades.

Ao se repensar a sociedade como um todo e se refletir sobre quais os aspectos da lei, que estão sendo implantados nas práticas pedagógicas, relacionados às políticas da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, percebe-se que a ação pedagógica, no teor da lei, precisa de ser revista, compreendida e analisada se desejamos incluir efetivamente o aluno na educação dita inclusiva e não apenas inseri-lo, para incluí-lo também socialmente, uma vez que este é o fundamento maior da lei. Apesar da existência de políticas efetivas, que promovam a inclusão dos alunos, considerando suas necessidades específicas, não existe cidadania e dignidade se não há participação social e as barreiras sociais para a plena participação desse cidadão na sociedade, ainda são inúmeras.

Analisando tais fatores, é preciso destacar que diante do desempenho da sociedade:

os educadores do próximo século não poderão ignorar as duras questões que as escolas terão de enfrentar, referentes a multiculturalismo, raça, poder, identidade, significado, ética e trabalho. Tais questões estão a exigir a redefinição do sentido e dos propósitos da escolarização, bem como do que significa ensinar e aprender em um mundo ao mesmo tempo mais globalizado e mais diversificado (MOREIRA, 2001, p.87).

Os educadores são atores políticos, mesmo que inconscientes e seus erros, quase sempre involuntários, podem prejudicar gerações, além de construir barreiras invisíveis intransponíveis; portanto, faz-se necessário que aqueles que fazem parte do cenário educacional do país estudem as leis, compreendam os seus ditames e busquem aplicá-las, em uma ação consistente e profícua, partindo do conhecimento da realidade, visando ao exercício pleno da cidadania, de todos os cidadãos sem exclusão.

Percebe-se pelas pontuações feitas que a educação inclusiva está ligada à ação docente, ou seja, devem ambas andar juntas, pois a inclusão escolar só acontece se o professor fizer com que isso se torne realidade, fazendo a diferença na vida de seu aluno, sendo espelho. Para que possa ser trabalhada a inclusão nas escolas, os docentes precisam estar preparados, ampliar seus conhecimentos, ver possibilidades que estejam fundamentadas e não apenas haver de transmissão de aprendizagem, e sim, de constantes movimentos de construir e reconstruir sua própria aprendizagem.

3. Capítulo III

“A vida é como um quebra-cabeças. Deveríamos parar de tentar encaixar as pessoas onde elas não cabem.”

Autor Desconhecido

Objetivo deste capítulo será descrever a área de estudo, os métodos, as técnicas e a análise utilizada das respostas do questionário, aplicado à professora regente de uma Escola, situada no município de Aral Moreira, em setembro de 2018.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

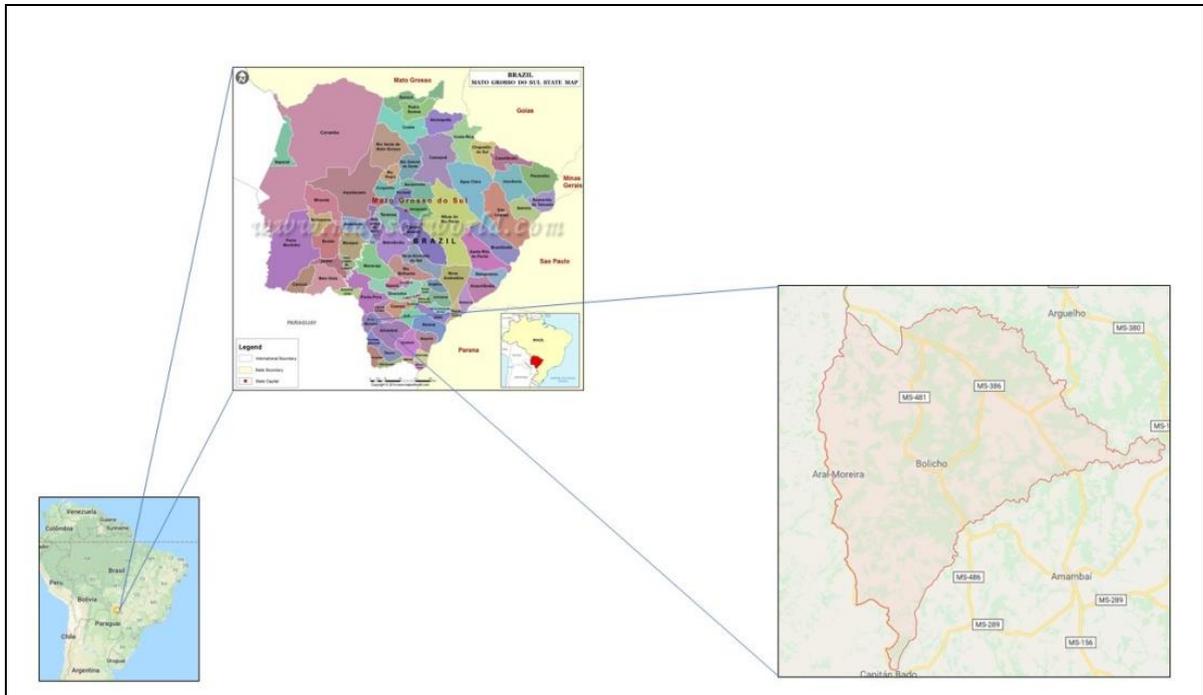
3.1.1 Área de Estudo

O presente trabalho se desenvolveu no município de Aral Moreira, que está situado na região Sul-Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede localizada a 402 km da capital. Seus limites são: ao norte com o município de Ponta Porã, ao sul com o município de Coronel Sapucaia, à leste com os municípios de Amambai e Laguna Caarapã e à oeste com a fronteira Brasil/Paraguai.

O município de Aral Moreira, na fronteira com o Paraguai, apresentou um crescimento populacional entre os anos de 2016 e 2017. Os dados fazem parte das estimativas das populações residentes nos 5.570 municípios brasileiros IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Segundo levantamento do Instituto, Aral Moreira apresentou um crescimento populacional de 1,6% em um ano. Esse percentual representa um aumento considerável, em se levando em conta a estimativa populacional do ano de (2016), que não alcançou 1%.

No ano, segundo levantamento do IBGE, Aral Moreira tinha 11.586 habitantes, passando para 11.771 moradores no ano de 2017 ganhando 195 novos moradores. Nesse novo levantamento Aral Moreira aparece como o 48º município mais populoso do Estado.

Figura 1 - Município de Aral Moreira



Fonte: Organização do autor adaptado de GOOGLE MAPS (2018).

Acima apresentamos um mapa do Município de Aral Moreira, lócus da pesquisa.

3.2 Métodos

A escola pesquisada teve sua criação no dia 30 de outubro de 1991, através da lei nº 368/91, promulgada pelo prefeito da cidade na época General Antônio Lopes, a escola recebeu o nome P.A.I. Pavilhão de Aprendizagem Integrada Joaquim Moreira Lopes, em homenagem ao pai do prefeito.

A escola está situada a Rua General Dutra nº 1.150, centro da cidade, atualmente a Escola atende nos três períodos sendo do 1º ao 5º ano do ensino fundamental no período matutino e vespertino, e no período noturno atende a EJA.

A inclusão de alunos com autismo no ensino regular é um grande desafio para os educadores; por isso, realizou-se uma pesquisa, partindo da observação e da entrevista com uma professora regente, para ver como ocorre o processo educacional da criança com TEA.

Foram feitas observações em sala com um aluno autista, tendo como finalidade averiguar as dificuldades que a professora regente do ensino regular, que atua na Rede Municipal de Aral Moreira, enfrenta no atendimento educacional à

criança com autismo. Para revelar esses dados, foi preenchido um questionário em forma de entrevista com a professora.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, associada ao estudo de caso correspondente a experiências de inclusão de alunos com autismo.

Segundo Lüdke e André “a Pesquisa qualitativa é o estudo de caso que vai estudar um único caso. O estudo de caso deve ser aplicado quando o pesquisador tiver o interesse em pesquisar uma situação singular, particular”. As autoras ainda nos elucidam que “o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 17).

Nesse sentido, a “pesquisa qualitativa é o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.11).

O estudo qualitativo “se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 18).

No caminhar da pesquisa, utilizou-se da entrevista e da observação. Lüdke e André (1986, p.33) explicam que “Entrevistas são usualmente desenvolvidas em situações frente-a-frente, ou seja, há uma interação do entrevistador com o entrevistado”. De acordo com essas mesmas autoras constata-se que essa interação é importante para o caráter de interação que permeia a entrevista.

É uma análise qualitativa, por meio de um questionário, com o qual foi feita uma entrevista, discorrendo sobre o assunto abordado.

Segundo Lüdke e André, “Analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos das observações, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações disponíveis” (1986, p.45).

Para tanto, o pesquisador se apoderou destes conhecimentos apontados pelas autoras e utilizou as técnicas que serão apresentadas, a seguir.

3.3 Técnicas

As técnicas utilizadas na pesquisa foram:

- ✓ Termo livre esclarecido, fornecido pela instituição de ensino, respeitando a imagem da pessoa entrevistada.

✓ Entrevista em forma de questionário com a professora, que respondeu a questões sobre a temática referente ao Transtorno do Espectro Autista (TEA)

✓ Observação participante, na sala de ensino regular, com um aluno com TEA, podendo verificar as metodologias aplicadas pela professora regente.

Após a utilização dessas técnicas, foram feitas as análises das respostas que serão apresentadas no tópico seguinte.

3.4 Análises das respostas do questionário aplicado à Professora Regente(P1)⁵

As questões elaboradas pelo pesquisador à professora estão em apêndice.

A primeira pergunta à professora foi: Qual a sua formação? Há quanto tempo concluiu a graduação? Ela respondeu:

Graduação em Pedagogia e História Pós-graduação em Psicopedagogia, Educação Especial. Estou cursando Pós de graduação em Neuropsicopedagogia. Em relação ao tempo de formação, em minha profissão, trabalhei como profissional de apoio de um aluno com transtorno do espectro autista, em 2010 e o segui acompanhando durante 6 anos; estou na educação até hoje já há 8 anos (P1, 2018).

Consoante exigência da legislação vigente é necessária, ao profissional da educação, a formação específica na área de atuação almejada, a ser alcançada através da graduação em curso de Pedagogia. “A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para educação básica será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida nessa formação, base comum nacional” (Brasil.1996).

A educadora é pedagoga e, segundo o relato, não tinha muito conhecimento sobre o tema assim que se formou, mas com o passar do tempo procurou se especializar, pois começou a trabalhar com alunos especiais e realizou pós-graduação na área da Educação Especial. Hoje está se atualizando cada dia mais sobre a temática, buscando trabalhar na perspectiva da educação inclusiva.

O professor, na perspectiva da educação inclusiva, não é aquele que ministra um “ensino diversificado”, para alguns, mas aquela educação Inclusiva que prepara atividades diversas para seus alunos (com e sem deficiência mental) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular. As

⁵ Para não identificação da professora regente entrevistada, optou-se por usar a sigla P1. As respostas dadas virão como citação direta de mais de três linhas, separadas do corpo do texto.

atividades não são graduadas, para atender a níveis diferentes de compreensão e estão disponíveis na sala de aula para que seus alunos as escolham livremente, de acordo com o interesse que têm por elas. (CAMARGO e BOSA, 2009, p13).

Em seguida, foi solicitado que a professora respondesse se, na sua formação, cursou disciplinas relacionadas à educação inclusiva? Caso sim, quais? Caso não, você tem uma formação ou conhecimento sobre a temática? Ela afirmou:

Na minha graduação tive matérias específicas sobre a educação inclusiva e também fiz especializações sobre a temática e acabei conhecendo bastante sobre a educação inclusiva. E assim que conclui a graduação já procurei especializações na área para ficar por dentro do assunto, pois a cada dia os alunos com deficiências estão sendo incluídos no ensino regular é nosso dever como educador fazer com que a inclusão aconteça de fato na vida desse aluno (P1, 2018).

Observa-se que a professora é bem preparada para lidar com o aluno autista, pois tem conhecimentos sobre a temática e sempre está se aperfeiçoando.

Nesse sentido, Facion (2008) pontua que:

A escolarização de alunos autistas, tanto no sistema regular quanto no especial, propõe desafios constantes ao professor, pois requer que o docente avalie continuamente sua forma de ensinar, devendo, muitas vezes reformular planejamentos, adaptar recursos de ensino tradicionais e criar estratégias pautadas na necessidade do educando. Para viabilizar a inclusão na escola regular é indispensável contar com salas de apoio e professores especializados para que seja realizada com êxito a inclusão desses alunos (Facion, 2008, p.6).

Dando sequência às questões, foi solicitado que a professora respondesse se na sala de aula havia algum aluno com Transtorno do Espectro do Autismo, e, caso houvesse, quais as metodologias e didáticas aplicadas por ela a esse aluno? A professora respondeu que tinha um aluno com TEA e acrescentou:

os alunos com esse transtorno necessitam de trabalhos com materiais concretos algo que chame a atenção. Então, sempre que necessário utilizamos esses tipos de materiais, principalmente na matemática, na qual utilizo o ábaco e o material dourado (P1, 2018).

Pode-se observar que a educadora trabalha de maneira que o aluno consiga realizar as atividades propostas. No decorrer das observações na sala com o aluno com TEA, pudemos analisar que o aluno realiza as atividades, mas no seu próprio tempo e quando quer. A turma é composta por 29 alunos. Quando os alunos estão agitados e há barulho na sala, o aluno autista fica irritado, não consegue concentração e começa a perambular pela sala.

A professora de apoio retira-o dali e leva-o para outra sala separada dos demais, a fim de que ele possa terminar a atividade proposta e assim ficar mais calmo. Porém, há dias em que esse aluno com autismo, mesmo em sala separada e com a professora de apoio, não quer realizar a atividade, fica inquieto, reclama de dores de cabeça. Por vezes, seus colegas tentam ajudá-lo a realizar a atividade, mas ele se recusa e não interage com a turma.

No nosso sentir, trabalhar com aluno autista é um grande desafio para todos os educadores, por isso é importante que todos estejam preparados, pois muitos alunos com TEA estão sendo inserido, no ensino regular, o que exige dos professores, além da graduação, uma capacitação mais aprofundada. Faz-se necessária, pois, uma metodologia de ensino diferenciada, ou seja, aulas planejadas para esses alunos, com objetivos, traçados pelo professor, os quais, só serão alcançados juntamente com o apoio e o interesse familiar.

Ressaltamos aqui a importância da família na escola, ou seja, quando se trabalha unido, com certeza se consegue melhorar os resultados e ressaltamos também a importância da inclusão desse aluno, na sala regular, tanto da parte dos educadores quanto dos alunos.

Os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada criação da escola, exigindo o melhor para os seus filhos, com ou sem deficiências, e não se contentando com projetos e programas que continuem batendo nas mesmas teclas e maquiando o que sempre existiu (MANTOAN, 2003, p.53).

Na quarta pergunta foi solicitado que a professora respondesse: Quais são os desafios enfrentados na sala de ensino regular, com a criança com Transtorno do Espectro Autista e como era o aprendizado deste aluno? A professora respondeu:

Na sala de aula sempre aparecem novos desafios, os quais temos que enfrentar da melhor forma possível, principalmente relacionado ao comportamento em sala. O aprendizado deste aluno é considerado positivo igual aos demais alunos, pois ele é bem aplicado na execução das atividades propostas. Há dias em que apresenta dificuldades, mas com jeito e conversa com o aluno este realiza suas tarefas e tem um aprendizado significativo (P1, 2018).

O aluno alvo da pesquisa é um menino que apresenta pouca socialização e interação com os colegas, e com os professores. Ele apresenta padrões diferentes de comportamento, movimentos repetitivos e estereotipados; comunica-se muito pouco, somente quando tem segurança e confiança ou quando algo lhe chama a

atenção, tem que ser no seu tempo, sem forçar. Ressalta-se que a professora regente respeita o tempo do seu aluno. Isso nos faz pontuar que para

poder ensinar as crianças com autismo, é importante que os adultos responsáveis por essa missão sintam afeição por seus alunos e o demonstre. É importante que os adultos, pais, professores ou assistentes que lidam com essas crianças autistas tenham um grande respeito, a atitude geral afeta todo o ambiente de aprendizagem (GÓMEZ e TERÁN, 2014, p.537).

A quinta pergunta foi: A instituição em que trabalha oferece formação continuada para professores que atendem à criança com TEA? Ela aponta:

Acontecem muitos encontros, de formação continuada, e alguns voltados para a educação especial e já tivemos cursos e estudos sobre crianças com TEA (P1, 2018).

Mantoan (2003), a esse respeito relata que a escola prepara o futuro e, é certo que, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão.

Observa-se que a instituição realiza cursos de formações continuadas, mas não especificamente com a temática, Autismo. Nessa perspectiva, a equipe escolar tem a função de promover a igualdade entre os alunos, sendo apoiado por todos os envolvidos no ambiente escolar, quando se assegurou o acesso e a permanência dos alunos com autismo nas classes comuns de escolas regulares, o próximo passo deveria ser o de oferecer às escolas condições para que pudesse desenvolver, ao máximo, o potencial desses alunos para que eles conseguissem avançar em suas aprendizagens. Legalmente,

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II- aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV- progressão funcional, baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V- período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho (Brasil.1996).

Diante das respostas obtidas na pesquisa, percebeu-se se perceber que a professora considerara que a escola, em geral, oferece apoio suficiente para seu trabalho, mas que há pouca contribuição de outros profissionais e falta tecnologia de

ensino adequada. Segundo a professora, o meio mais utilizado para se comunicar com o aluno é oral. As respostas em relação à circunstância em que o aluno autista tem maior dificuldade em se comunicar e os comportamentos mais observados no aluno foram muito variados. Isso pode ter ocorrido pela diversidade de características que os indivíduos com TEA apresentam, ou pela falta de experiência da professora com a criança, gerando dificuldades para observar e destacar tais habilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso, e após, as leituras dos teóricos relacionadas ao tema Transtorno do Espectro Autista (TEA) tivemos a oportunidade de conhecer a história, o conceito e o grau desse transtorno.

Ao fazer a relação entre as palavras-chave da pesquisa: autismo, inclusão escolar e ação docente pôde-se perceber que tudo está interligado, pois depende da ação docente para fazer a inclusão dos alunos em sala regular; também é de responsabilidade do educador estudar e buscar o conhecimento de assuntos referentes às deficiências que irão aparecendo em sua sala de aula, no caso aqui citado, o autismo.

O objetivo deste estudo foi conhecer as metodologias de um professor regente e como ocorre à inclusão com um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), sendo definida a problemática da pesquisa, baseada nos questionamentos: Quais são as metodologias e os desafios dos professores em uma sala de aula de ensino regular em relação a uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA)? Os professores estão preparados para realizarem e promoverem de forma significativa o aprendizado desse aluno?

Retomando-se as hipóteses iniciais deste trabalho, pode-se afirmar que a metodologia utilizada pela professora é positiva, ocorrendo a inclusão, pois ela sempre está à busca de meios que envolvam seu aluno, levando-o a aprender de forma significativa para sua vida. Para alcançar tais objetivos foi necessário fazer um estudo de diversos teóricos e também as observações em sala de aula, bem como a entrevista com a professora regente da sala, buscando sempre analisar como é trabalhada a inclusão em uma sala do 4º ano do ensino fundamental e como são as estratégias, utilizadas pela professora.

A pesquisa foi realizada em uma Escola Municipal, em uma sala de observação do 4º ano do ensino fundamental. A escola atende ao público do ensino fundamental do primeiro ao quinto ano, portanto os estudos de teóricos ajudaram bastante para entender que a inclusão é uma das estratégias mais eficazes que favorecem o desenvolvimento das crianças, ou seja, possibilita que ela avance em sua aprendizagem da mesma forma que as outras; mas, em seu processo, devemos respeitar o seu tempo.

No decorrer do estudo pôde-se perceber que, apesar da professora regente busca metodologias para incentivar o aprendizado da criança alvo da pesquisa, esta criança apresenta pouca socialização e interação, bem como padrões inadequados de comportamento, segundo a normalidade. Tem movimentos repetitivos e estereotipados, comunica-se muito pouco e o faz somente quando tem segurança e confiança ou quando algo lhe chama a atenção.

Diante das respostas obtidas, durante a pesquisa, pôde-se perceber que a professora considera que a escola, em geral, oferece apoio suficiente para seu trabalho, mas que há pouca contribuição de outros profissionais e falta tecnologia de ensino adequada.

Percebe-se pelas pontuações, aqui consideradas, que a educação inclusiva está ligada à ação docente, ou seja, estas devem andar juntas, pois a inclusão escolar só acontece se o professor fizer com que isso se torne realidade, fazendo a diferença na vida de seu aluno, sendo espelho. Para que possa ser trabalhada a inclusão nas escolas, os docentes precisam estar preparados, ampliar seus conhecimentos, ver possibilidades que estejam fundamentadas não de transmissão de aprendizagem, mas sim de constantes movimentos de construir e reconstruir sua própria aprendizagem.

Os estudos efetuados revelaram que novas perspectivas se abrem para as práticas escolares, mostrando a importância das ações dos profissionais envolvidos, nas escolas, com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a importância da compreensão das leis, como ponto de partida e vetor que regem essas práticas, pois são as leis que regulam e estimulam as reais mudanças, ocorridas nas práxis educacionais e nos alunados envolvidos e, são elas, também, que fazem saltar, aos olhos de todos, tendo um olhar profundo entre o legal e o real, caminho a ser exercido por todo educador que faz de sua práxis uma educação libertária e consciente, buscando atender às necessidades de seu alunado, considerando-se os direitos dos cidadãos, segundo as diretrizes das leis.

Conclui-se então que os estudos a importância do professor buscar estratégias diferenciadas e uma metodologia que de resultados significativos para a vida dos alunos, ter a consciência da existência de encontros em prol de uma educação inclusiva revelam que os anseios da sociedade, estão sendo mostrados e as leis foram caminhando de encontro a essas mudanças, buscando assegurar o direito de todos a uma educação que conduza ao pleno exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

BATISTA, C. A. M. MANTOAN, M. T. E. **Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. 2ª Ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 68p.

BELISÁRIO FILHO, Jose Ferreira; CUNHA, Patrícia. **A educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. 9. ed. Brasília: Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, 2010. 40 p.

BRASIL **Lei nº9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 08/11/2018

BRASIL. **Lei nº 12.764/12, 27 de dezembro de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm . Acesso em 08/06/2018 - Caicó: UFRN, 2017.

CAMARGO, S. P. H; BOSA, C. A. **Competência Social, Inclusão escolar e Autismo: Revisão Crítica da Literatura**. Psicologia & Sociedade; 65-74; Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Brasil, 2009.

CAPPELATO, Rosenilda Cappelato. **Reflexão sobre autismo** - Revista redação@editoraonline.com.br, 2018.

COSTA, F. B. L, da. **O processo de inclusão do aluno autista na escola regular: análise sobre as práticas pedagógicas**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do Seridó. Departamento de Educação. Curso de Pedagogia.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. Ed. Ibpex. Curitiba, 2008.

GOMES, A. M. S e TERÁN, N. E. **Transtornos de aprendizagem e autismo**. Ed. Abacus Gráfica, 2014.

GOOGLE MAPS. Disponível em:< [https://www.google.com.br/maps/place/Aral Moreira+MS](https://www.google.com.br/maps/place/Aral+Moreira+MS) >. Acesso em: 14. Abr. 2018.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo demográfico 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66323.pdf> Acesso em: 08. Abr. 2018.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades: Mato Grosso do Sul – Aral Moreira. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=500124>> Acesso em: 08. Abr. 2018.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, 2003.

MARION, LEBOYER. **/Autismo infantil, fatos e modelos/**Campinas SP, 1995.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas.** – 5. ed.- São Paulo: Cortez, 2005.

MOREIRA, Antônio Flávio B (ORG.). **Currículo: Políticas e Práticas.** 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora Papirus, 2001.

NEUROCONNECTA. **O que é autismo?** 4 janeiro 2017. Acesso em: 25/03/2018.

NOVOA, A. **Profissão professor.** Portugal: Porto, 2. ed., 1991.

PASCHE, Dário Frederico; MENDES, Vera Lúcia Ferreira. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) /** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 86 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_pessoa_autismo.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

PIMENTEL, A. G. L; FERNANDES, F. D. M. **A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo.** Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo. R. Cipotânea, 51, Cidade Universitária, São Paulo (SP), Brasil, 2014.

SAXENA, Shekar. **Nova classificação de doenças, CID-11, unifica Transtorno do Espectro do Autismo:.** Sao Paulo: Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2503 – 2º Andar, 2018. Disponível em: <<http://tismoo.us/tag/cid-11/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

SILVA. A. B. B; GAIATO. M. B; REVELES. L. T. **MUNDO SINGULAR. Entenda o Autismo.** FONTANAR, 2012.

UNESCO. **Declaração de Salamanca:** sobre princípio política e prática em educação especial. 1994. Acesso em: 07 jun. 2018.

ZANATA, S. D. R; CAETANO, N. M. O. **A inclusão da criança com espectro autista na educação básica:** uma análise sobre as ações pedagógicas na escola municipal de dourados. INTERLETRAS, ISSN Nº 1807-1597. V. 7, Edição número 27, 201.

APÊNDICE A

**FACULDADES MAGSUL**

Pedagogia: Aut. Dec. nº 93110 de 13/08/1986 / Reconhecido Port. Nº 717 de 21/12/89/ Renovação Rec. Port.SERES/MEC nº 278 de 20/04/2018

Ponta Porã, 03 de setembro de 2018.
Escola Municipal Joaquim Moreira Lopes de Aral Moreira
Sra. Diretora Vicenta Escobar

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Eu, Emne Mourad Boufleur, coordenadora do Curso de Pedagogia e orientadora do aluno Rafael Gonçalves Sanches, acadêmico da graduação, das Faculdades Magsul (FAMAG); R.G.M.: 2958/08, venho através deste solicitar autorização para que este faça a pesquisa de monografia, na **Escola Municipal Joaquim Moreira Lopes de Aral Moreira**.

A monografia tem como título inicialmente: **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL EM ARAL MOREIRA**. Pretende-se pesquisar no âmbito da escola se existem crianças com Transtorno do Espectro do Autismo e quais as metodologias utilizadas pela professora na sala de ensino regular.

Para tanto, o pesquisador necessitará observar o aluno em sala de aula e aplicar um questionário para a Professora regente.

O pesquisador tem como objetivo contribuir com a escola do município dando um retorno, caso seja necessário, para que possam compreender melhor a realidade e aprimorar o trabalho educacional relacionado à inclusão de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo, em sala regular.

Certa da costumeira atenção, antecipo agradecimentos.

Atenciosamente.

Prof.ª Ma. Emne Mourad Boufleur
Coord. do Curso de Pedagogia

APÊNDICE B

Questionário para professora da sala regular

- 1) Qual é a sua formação? Há quanto tempo concluiu sua graduação?
- 2) Na sua formação cursou disciplinas relacionadas à educação inclusiva? Caso sim, quais? Caso não, você tem uma formação ou conhecimento sobre a temática?
- 3) Em sua sala você tem algum aluno com Transtorno do Espectro do Autismo? Caso tenha, quais as metodologias e didáticas aplicadas com este aluno?
- 4) Quais os desafios enfrentados na sala de aula de ensino regular com a criança com Transtorno do Espectro do Autismo e como é o aprendizado deste aluno?
- 5) A instituição em que você trabalha oferece formação continuada para professores para atender às crianças com TEA?

ANEXOS

Anexo A



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

[Mensagem de veto](#) Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

[Regulamento](#)

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I - a intersectorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

IV - (VETADO);

V - o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#) (Estatuto da Criança e do Adolescente);

Anexo B

VI - a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;

VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;

VIII - o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País.

Parágrafo único. Para cumprimento das diretrizes de que trata este artigo, o poder público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

- a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
- b) o atendimento multiprofissional;
- c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
- d) os medicamentos;
- e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso:

- a) à educação e ao ensino profissionalizante;
- b) à moradia, inclusive à residência protegida;
- c) ao mercado de trabalho;
- d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Anexo C

Art. 4º A pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

Parágrafo único. Nos casos de necessidade de internação médica em unidades especializadas, observar-se-á o que dispõe o [art. 4º da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001](#).

Art. 5º A pessoa com transtorno do espectro autista não será impedida de participar de planos privados de assistência à saúde em razão de sua condição de pessoa com deficiência, conforme dispõe o [art. 14 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998](#).

Art. 6º (VETADO).

Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.

§ 1º Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo.

§ 2º (VETADO).

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de dezembro de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
José Henrique Palm Fernandes
Miriam Belchior

Este texto não substitui o publicado no DOU de 28.12.2012